

UM CELEIRO DA MITRA NO TEATRO ROMANO DE LISBOA

INÉRCIAS E MUTAÇÕES DE UM ESPAÇO
DO SÉCULO XVI À ACTUALIDADE

LÍDIA FERNANDES Arqueóloga da Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade), coordenadora do Museu do Teatro Romano. Mestre em História de Arte. lidia.fernandes@cm-lisboa.pt

RITA FRAGOSO DE ALMEIDA Historiadora da Direcção Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade). rita.almeida@cm-lisboa.pt

RESUMO O presente trabalho pretende trazer alguma luz sobre um edifício da cidade de Lisboa, pertença do antigo Cabido da Sé de Lisboa, designado por Celeiro da Mitra, certamente um dos muitos celeiros que terão existido na cidade de Lisboa em época moderna.

Os novos dados que se apresentam são a compilação de dados históricos dispersos, onde se sublinha o enorme contributo das informações contidas numa cópia do antigo Tombo de 1755 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), do punho de José Valentim de Freitas. No entanto, as informações documentais que possuímos são, até ao momento, muito escassas. Por esta razão os resultados arqueológicos que têm surgido ao longo de várias campanhas revestem-se de inegável importância.

O programa arqueológico que tem vindo a ser implementado desde 2001, integra-se no projecto de investigação do Teatro Romano de Lisboa realizado por uma das signatárias. Neste contexto, sublinha-se a particularidade do edifício do celeiro da Mitra ter sido construído aproveitando uma das estruturas do teatro romano da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. A implantação do celeiro, a sul da estrutura tardoz do edifício cénico romano, era, até 2001, data das primeiras intervenções, totalmente insuspeita. As escavações posteriores centraram-se na investigação deste espaço, com a preocupação de registar fases construtivas, que, ao longo de mais de dois séculos, pautaram a história desta edificação.

Pela primeira vez e, em grande medida, devido à singularidade da implantação deste celeiro, temos a possibilidade de observar a sua história, evolução e particularidades construtivas. O espólio em associação que, desde 2001, tem sido recolhido, possibilita uma ilustração das vivências de época moderna que terão preenchido um quotidiano que hoje nos é possível vislumbrar.

PALAVRAS-CHAVE Teatro Romano, Lisboa, arquitectura, terramoto, reconstrução pombalina

INTRODUÇÃO

O projecto do Teatro Romano que temos vindo a desenvolver desde 2001 tem pretendido cumprir o objectivo do estudo daquele espaço cénico, mas também o da sua envolvente.

A criação do Museu do Teatro Romano em 2001 deu início a um conjunto de investigações que, não se circunscrevendo à pesquisa documental e cartográfica, abarcou uma sistemática e intensa pesquisa arqueológica (campanhas arqueológicas realizadas em 2001, 2004 – 2006, 2009, 2010 – 2011), assim como um laborioso estudo da arqueologia da arquitectura.

Procurando atingir aquele intento, temos privilegiado o estudo do espaço cénico romano mas também do edifício onde hoje se instala o Museu, bem como os outros edifícios que o compõem. Abarcando duas ruas: a sul, a Rua Augusto Rosa para onde dá a fachada principal do museu e, a norte, a Rua de S. Mamede, onde se localiza uma habitação pombalina e respectivo jardim/

pátio (n.º 3a e 3b), a ligação entre os dois edifícios é feita, actualmente e de forma provisória, por uma escada criada em 2001 aquando da abertura do museu.

O estudo que agora se apresenta procura caracterizar ambos os espaços: o edifício do museu – que concluímos pela investigação, tratar-se do antigo Celeiro da Mitra – e do edifício pombalino e jardim anexo, com entrada também pela Rua de S. Mamede, onde têm sido levado a cabo várias campanhas arqueológicas.

Fruto desta investigação transversal, que procura uma visão global da evolução e alteração do edificado, possuímos hoje um entendimento mais claro da evolução desta área da cidade e das relações, sempre subjacentes, com o teatro romano.

Construído nos inícios do século I d.C., a norte dos edifícios referidos, é este monumento que, em grande medida, pautará a instalação de novas construções na sua parte sul, quer as atribuíveis aos séculos XVII/XVIII, quer as edificadas durante a reconstrução da cidade após o terramoto de 1755 e que hoje se mantêm.



1. Actual fachada do Museu do Teatro Romano com frente para a Rua Augusto Rosa.

1. O MUSEU DO TEATRO ROMANO

1.1 O antigo edifício do Museu: fontes documentais e cartográficas

O Museu do Teatro Romano encontra-se instalado num edifício do século XVII, com sucessivas alterações, respondendo às diversas funcionalidades a que se destinou (fig. 1). Originalmente constituído por dois pisos, o edifício foi possivelmente edificado para albergar um dos celeiros da Mitra. Já no século XIX (1878), foi-lhe acrescentado mais um piso¹, momento que marca o início da laboração de uma fábrica de malas, depois propriedade daquele que será o grande empresário Teodoro dos Santos. No seu piso térreo abrem-se quatro janelas, de espesso gradeamento e molduras estreitas, posicionadas a elevada altura do chão e duas portas, de acabamento distinto entre si. Neste espaço, possivelmente a partir da 2.ª metade do século XVIII e substituindo a anterior funcionalidade de celeiro, localizaram-se as cavalariças da Sé. Vestígios desta actividade são um tanque e 24 manjedouras que aí se mantêm. Este piso, com uma entrada independente ao nível do r/c, não pertence ao Museu do Teatro Romano (R. Augusto Rosa, n.º 40). A separação com o andar superior é sublinhada por uma sêrcia contínua, relevada, de perfil recto, que contrasta

com a pouca altura do piso. Aqui abrem-se vãos altos em igual número do andar inferior e posicionados no mesmo alinhamento vertical. Entre os dois do meio, observa-se uma pedra de armas pertencente ao arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1627 e 1630) e não, como comumente acontece, no piso térreo por cima da entrada principal². O cunhal do lado nascente é composto por cantarias de calcário e o seu alinhamento, recuado em relação ao edifício contíguo, marca o local onde se localizaria o antigo Beco do Aljube sem Saída. A investigação documental e bibliográfica, levada a cabo sobretudo nos arquivos municipais e na Torre do Tombo, tem permitido aprofundar o conhecimento sobre o local onde foi construído o teatro romano e, paralelamente, sobre os edifícios que, na sua envolvente, foram sendo construídos ao longo dos séculos. Especial interesse tem suscitado o Celeiro da Mitra, evidências detectadas no decurso das campanhas arqueológicas de 2005 e 2006, na intervenção arqueológica realizada no edifício pombalino e respectivo jardim, que se localizam a norte do museu e dele fazendo parte. A informação disponível sobre este celeiro era, até ao momento, reduzida, tendo as intervenções arqueológicas permitido saber mais acerca da sua fundação, evolução e alterações ao longo dos tempos. Na cartografia que, já em meados do século XVII, se debruçou sobre esta zona

1. O pedido de alteração do edifício, constante do respectivo Processo de Obras, que se encontra no Arquivo Municipal de Lisboa, contém, anexo às plantas e alçados apresentados pelo proprietário, um despacho de autorização, datado de 7 de Agosto de 1878.

2. Refere Júlio de Castilho que terá existido uma inscrição por cima do emblema heráldico, copiado pelo Visconde de Castilho e entretanto desaparecida, a qual dizia: "Foreiro / as cadeiras su / premidas, hoje / incorporadas / no r simemario / do patriarca / do exist.e na v. a / de santarem / 1....3" (Castilho, 1936, p. 217).



2. Perspectiva de sul para norte das talhas cerâmicas *in situ* já numa fase avançada da intervenção após a remoção das bocas em alvenaria (campanha arqueológica de 2005: pátio, R. S. Mamede n.º 3b).

da cidade, entre a qual se destaca a planta da autoria de João Nunes Tinoco³, verifica-se a delimitação do espaço onde, provavelmente, se localizaria o Celeiro da Mitra, embora não conste qualquer referência ao edifício na respectiva legenda, circunstância que se manterá em cartas posteriores, muitas delas nem sempre evidenciando grande rigor na sua execução.

Dos exemplares consultados, é apenas numa planta da autoria de José Valentim de Freitas⁴ que o Celeiro da Mitra surge pela primeira vez identificado. Atendendo ao facto de ser igualmente da sua autoria a cópia do *Tombo da Cidade de Lisboa em 1755*⁵, executada em 1894, julga-se que o reconhecimento da funcionalidade do edifício terá sido desvendado ao autor pela própria toponímia da cidade pré-pombalina, considerando-se a referência, no manuscrito original, de *Beco do Aljube que está por detrás do Celeiro da Mitra*.

3. Executada em 1650, reveste-se de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Levantada no decorrer das guerras da Restauração, com o intuito de avaliar o estado das muralhas da cidade, representa, apesar dos seus objectivos puramente militares, um importante resumo da história urbana da capital. Entretanto desaparecida, dela se conhece a cópia *Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales* (Desenho aguarelado. 1850). Este exemplar constitui a primeira cópia do original, mandada realizar pelo general Pinheiro Furtado e por ele oferecido à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1850. Integra a colecção do Museu da Cidade, com o n.º Inv.: MC.DES.1084.

4. O original consultado é uma cópia do desenho de José Valentim de Freitas por José Bárcia, com o título *Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço*. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Contém a inscrição "Copiado de um Borrão de José Valentim de Freitas". O original existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. J. Bárcia copiou". Integra a colecção do Museu da Cidade, com o n.º Inv.: MC.DES.4295.

5. Cópia que se encontra no Museu da Cidade com o título: "Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894".

Quanto às indicações bibliográficas que se referem a este edifício, estas são extremamente diminutas. A omissão deste espaço, na documentação sobre o abastecimento de cereais à cidade, poderá ser justificada pelo facto deste não corresponder verdadeiramente a um celeiro público⁶. Parece-nos, no entanto, inquestionável que, até aos finais do século XVIII, nas proximidades deste edifício tenha permanecido a função de armazenamento cerealífero, caso o original celeiro não estivesse em condições de continuar a manter tal utilidade. A atestar tal ideia, múltiplas talhas cerâmicas que encontramos *in situ* na escavação arqueológica realizada em 2005 no jardim da habitação pombalina referida *supra*, permitem concluir quer da intencionalidade da sua deposição – enterradas e alinhadas, com a parte superior do bordo à vista e embebido numa estrutura circular de alvenaria, cobertas por um telheiro e delimitadas por um murete – quer da sua funcionalidade – todas destinadas ao armazenamento de cereais excepto uma, com vidrado amarelo no seu interior, que serviria para armazenamento de azeite (fig. 2). Apesar de tais vestígios se reportarem aos finais do século XVIII, é evidente que a vocação desta área, localizada a norte do Celeiro da Mitra, enquanto espaço de armazenamento se manteve ou, eventualmente, se deslocou para este novo local.

6. Ao tempo de D. Pedro II, *Na Consulta da camara a el-rei em 8 de maio de 1699* refere-se que "... como a experiencia tinha mostrado nas mais bem governadas republicas do mundo e n'este reino nas cidades e villas que tinham celleiros comuns, o grande beneficio que resultava á utilidade pública (...). Sendo visto n'este senado o decreto de V. Magestade, em que é servido ordenar que logo se lhe consultasse o que parecesse sobre os meios de se poder conseguir o estabelecimento de um celleiro publico n'esta cidade " Livº VIII de regº de cons. E dec. Do sr. Rei D. Pedro II, fs. 148 v. (cit. Oliveira, 1898, Tomo IX, p. 543 e 544).

O antigo Tombo de 1755, no qual se apresentam as dimensões das propriedades da cidade logo após o terramoto, omite as referentes ao Celeiro da Mitra, mencionando apenas que “O Aljube e o Celeiro estão distintos e habitados”⁷.

Contudo, embora de forma indirecta, informações fundamentais para a caracterização arquitectónica e funcional do edifício são fornecidas pelo mesmo documento. De facto, aí se refere que o Largo do Aljube tem de “... largura, medida dos arcos da varanda do celeiro até à porta do Palácio do Arcebispo 56 e ½ palmos”⁸. Do mesmo modo, na reedição da obra *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, na 2.ª metade do século XVI, se diz que “O primitivo edifício do Aljube (...) Tinha a sua varanda provavelmente assente sobre arcos, como a do Celeiro da Mitra, que as perdeu (...) sendo separados os dois por um Beco, em declive...”⁹. Por último, no *Livro dos Cordeamentos 1614 – 1699*, encontramos a referência “... defrente da porta dos pasos do arcebispo (...) que ficão pelas ilhargas da alpendorada que o dito cabido mandou sahir no tereiro que de novo fês...”¹⁰, a propósito do registo da medição de duas travessas, possivelmente ao *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* e ao *Beco do Aljube sem Saída*, travessas que ladeavam o edifício da Mitra, pelos lados poente e nascente, respectivamente, sendo as medidas referidas, tanto neste documento como no Tombo de 1755, quase coincidentes¹¹.

Estas referências revelam, assim, a existência de uma arcaria no nível inferior do edifício, existente, pelo menos desde 1665, sobre a qual assentava a referida varanda. Considerando que o seu lado poente confinava com o denominado *Beco do Aljube que está por detrás do Celeiro da Mitra*¹² (em declive e que separava os edifícios do Aljube e do Celeiro da Mitra), a uma cota

7. Vide n.º 5, Fl. 24.

8. *Idem Ibidem*, Bairro do Limoeiro, Fl. 2.

9. Esta obra, da autoria de João Brandão (de Buarcos), escudeiro fidalgo da casa de El-Rei D. João III, foi reeditada, em 1923, com comentários e notas de Gomes de Brito. A referência mencionada consta da nota n.º 386.

10. O registo é datado de 28 de Janeiro de 1665 e assinado por “João Luis mididor das obras desla cidade de Lixboa” constando no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699*, do Arquivo Histórico Municipal, com a referência BL.-2.A.058.05.35. De referir a relevância da referência, indiciadora de uma intervenção neste espaço em data próxima do referido registo, podendo-se questionar se se tratará da edificação do imóvel em questão, ou apenas de uma campanha de obras. Agradecemos à Dr.ª Edite Alberto (Arquivos Municipais da CML) a informação sobre este documento.

11. Relativamente à largura do *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra*, enquanto que no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699* se refere ser de sete palmos e meio, o Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 refere ser de 7 palmos. Quanto ao *Beco do Aljube sem Saída*, existe uma diferença de pouco mais de 3 palmos (correspondendo pouco mais do que 0,5 m) entre as duas medições – no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699* é dada a indicação de que teria cerca de 12 palmos de largura e no Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 são referidos 9 palmos.

12. Conforme denominação constante no fl. 11 do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755 – Bairro do Limoeiro.



3. *Cadeia do Aljube*. Fotografia a preto e branco. Joshua Benoiel. Início do século XX. AML/AF.

que coincidia com o 1.º piso do edifício (cota absoluta 39,85 m), torna-se plausível questionar a possibilidade de aí existir um acesso directo ao espaço do Celeiro da Mitra pelo referido beco e possivelmente também através da referida varanda. Os vestígios daquele *Beco do Aljube que está por detrás do Celeiro da Mitra* foram por nós encontrados na escavação realizada em 2001 como analisaremos proximamente.

De mencionar a informação contida na *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel*¹³. Nesta carta, respeitando a exigência imposta pela Reconstrução Pombalina, tanto o edifício como a respectiva envolvente são delineados com extremo pormenor, sendo visível a zona ocupada pela referida arcaria.

O Arquivo Fotográfico da CML possui uma imagem, realizada nos inícios do século XX por Joshua Benoiel¹⁴ (fig. 3), onde se pode observar, no piso inferior do edifício, uma estrutura composta por pedras esquadriadas que sugerem a primitiva existência no local de uma qualquer edificação que avançaria para Sul, em direcção à actual Rua ou Largo defrente do mesmo edifício. Poderemos, pois, colocar a ideia de que tais arcos sob a varanda do celeiro se situariam precisamente

13. Projecto escolhido para a reconstrução de Lisboa após o Terramoto de 1755, da autoria dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel e datado de 12 de Junho de 1758. Apresenta a particularidade de mostrar as áreas arruinadas pelo terramoto de 1755, às quais se sobrepõe o projecto de reconstrução definitivo (escala: 2000 palmos).

14. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, com a legenda “Cadeia do Aljube” e com o n.º de cota JBN000308.

neste local. Ainda analisando de forma atenta a imagem referida, é fácil observarmos que não parece existir qualquer porta nesta fachada o que, se por um lado nos confirma as indicações dispersas contidas no Tombo de 1755, de que a entrada para o celeiro se faria pelo Beco do Aljube Com Saída, por outro, nos faz acreditar que a actual porta, que hoje se pode observar na fachada Sul – e que se encontrada descentrada em relação à fenestração existente –, será uma alteração posterior. Uma observação mais cuidada das pedras empregues na verga deste vão revela terem sido reaproveitadas de uma outra construção, sendo evidente que as faces laterais foram cerradas mecanicamente para terem um alinhamento mais correcto com o vão que encimam.

Uma outra imagem de 1967 do Arquivo Fotográfico da CML¹⁵ e um desenho de Alfredo Mesquita publicado em 1903¹⁶ documentam a existência, pelo menos até 1971, de uma outra porta, de maiores dimensões, localizada a nascente da anterior. Actualmente não visível pois o vão foi entaipado, ostenta uma verga com grande arco abatido e o seu posicionamento, em articulação porta/janela, sugere uma anterioridade em relação ao vão acima descrito.

Poderemos pois concluir, que a fachada sul deste edifício seria substancialmente distinta da que hoje lá vemos. Assim poderá ser explicada, em certa medida, a acentuada altura do piso térreo, uma vez que o corpo avançado composto pela varanda, bem como os arcos que a suportava, criariam áreas inferiores de menor ventilação e luminosidade que apenas um alto pé direito, na parte subjacente, obstaría.

O interior abobadado que actualmente se observa, corresponde a uma reconstrução pombalina, bem evidente nas arcarias de lançamento abatido e nas abobadilhas de tijolo argamassado, habituais a partir daquela época. Outra prova inquestionável é a pequena janela entaipada que se observa no exterior da fachada (lado poente do edifício), ao nível do r/c, e que, pelo lado interior, se encontra oculta pelas manjedouras, colocadas também elas em nossa opinião, somente a partir dos finais do século XVIII, simultaneamente à colocação do novo empedrado basáltico, em seixo rolado, que constitui, na actualidade, o piso de entrada neste espaço.

Significam estas considerações que a vocação de "Cavaliças da Sé", referida na bibliografia tradicional

(Castilho, 1937, p. 218), somente passou a existir depois da reconstrução operada no edifício na altura da reconstrução desta parte da cidade nos finais do século XVIII ou já nos inícios da seguinte centúria. Concluimos, igualmente, que ambas as portas analisadas são coevas da reconstrução do edifício, confirmando-se que, originalmente, não haveria acesso ao interior por esta fachada.

2. CONTEXTO URBANÍSTICO DO CELEIRO DA MITRA

2.1 O Celeiro da Mitra e a envolvente no Tombo da Cidade de Lisboa de 1755

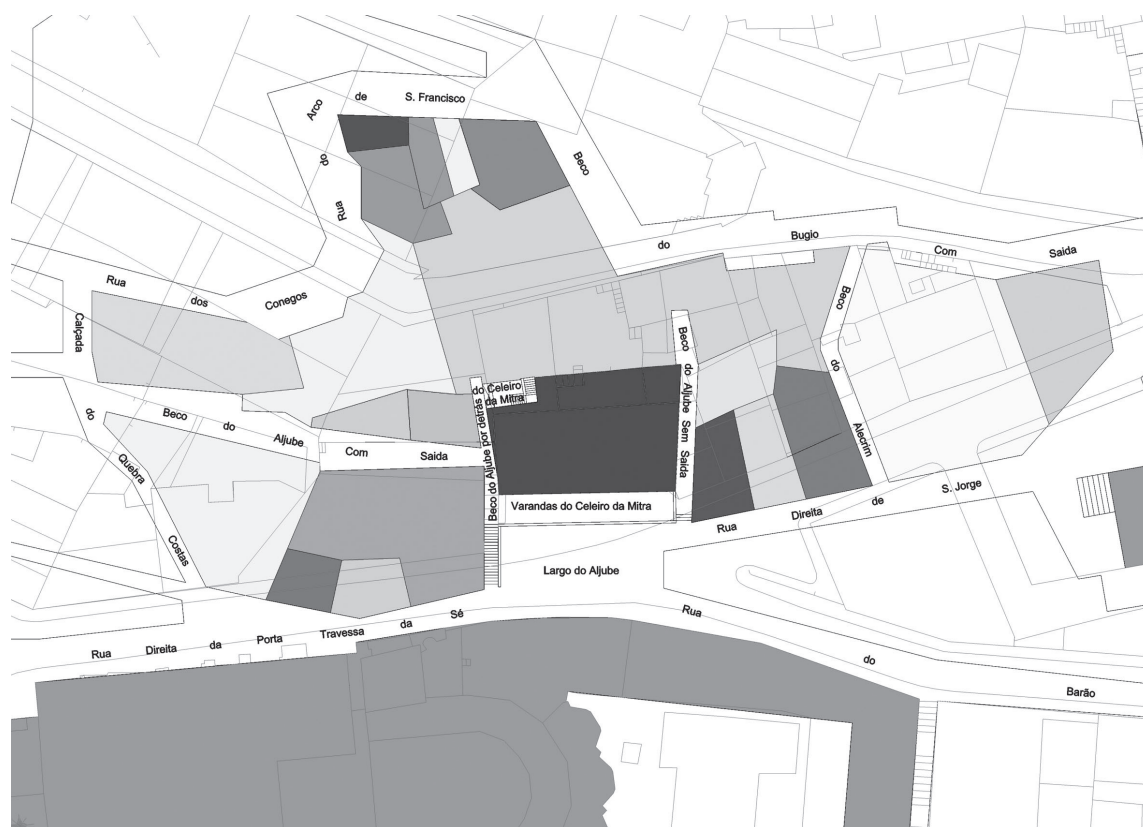
O Celeiro da Mitra encontrava-se ladeado, a nascente e a poente, respectivamente pelo *Beco do Aljube sem Saída* e pelo *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra*. São dois pequenos becos, de orientação N/S, o primeiro com um comprimento de 23,8 m e 2,03 m de largura e, o segundo, com uma dimensão de 9,6 m e largura a sul, de 2,9 m, estreitando para norte até atingir, no seu extremo, 1,57 m. Nestes limites os dois becos alargavam, formando dois pequenos pátios (fig. 4). Com início no referido *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* e seguindo uma orientação sensivelmente este/oeste, desenvolvia-se o *Beco do Aljube com Saída*, cujo actual Pátio do Aljube é o seu descendente, ainda que a sua localização na cartografia tradicional¹⁷ esteja incorrecta. A intervenção arqueológica realizada no actual Pátio do Aljube em 2009 (Fernandes, Sepúlveda e Antunes, no prelo) demonstrou a inexistência de qualquer vestígio deste pátio, pelo que defendemos que ele passe um pouco mais a norte, onde actualmente se situam os edifícios com frente para o actual pátio. Voltando ao antigo *Beco do Aljube com Saída*, no seu início, a nascente, esta via apresentava uma largura de 3,38 m. Continuava para poente descrevendo uma ligeira curva, mantendo exactamente essa dimensão até chegar ao seu limite Oeste. Aí, o beco alargava consideravelmente aproximando-se a uma espécie de largo com uma largura de 6,08 m (sentido N/S) e um comprimento de 10,23 m.

O *Largo do Aljube*, delimitado a norte pela larga fachada do Celeiro da Mitra, encontrava-se restringido a sul pela Basílica de St.ª Maria e sua rua fronteira, designada por *Rua Direita da Porta Travessa da Sé*. Esta, ao chegar ao *Largo do Aljube* bifurcava: a do lado sul era a *Rua do Barão* e que hoje permanece com a

15. Da autoria de Armando Seródio, com o n.º de cota PT/AMLSB/SER/S04740.

16. Este desenho vem inserido no álbum "Originaes dos Desenhos / da obra / "Lisboa" / por / Alfredo Mesquita / (editada em 1903) / executadas sob a direcção / de / Alfredo Roque Gameiro / pelos artistas / Alberto de Sousa / António Ferreira Quaresma / António Santos Silva (Alonso) / Francisco Voigt / Francisco xara / José Affonso Vieira / Manoel Gameiro / Vicente Baldaque da Silva Ardisson / Tomo I / Desenhos n.º 1 a 100", pertencente à colecção do Museu da Cidade (n.º de Inv.: MC.DES.1818.24).

17. Podemos observar a sua representação física nas obras dos olisipógrafos Vieira da Silva e de Júlio de Castilho, bem como na planta executada por José Valentim de Freitas, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional e da qual existe uma cópia no Museu da Cidade, assinada por "J. Bácia".



4. Planta hipotética da localização do Celeiro da Mitra e área envolvente, à data do Terramoto de 1755, com sobreposição das alterações resultantes da Reconstrução Pombalina (Desenho em *Sketchup*, autoria de Carlos Loureiro, 2011. Museu da Cidade, CML).

mesma designação e sensivelmente com o mesmo traçado. A do lado norte era a *Rua Direita de S. Jorge*, cujo prolongamento entroncava na *Rua Direita de S. Martinho*. A área entre estas duas vias correspondia a um quarteirão de formato mais ou menos trapezoidal. Por último, refere-se um outro pequeno beco, designado por *Beco do Alecrim*, situado a meio da *Rua Direita de S. Jorge* e paralelo ao *Beco do Aljube sem Saída*. Estranhamente, na planta de J. Valentim de Freitas e reproduções posteriores que a tiveram por base, este beco é nitidamente mais pequeno que os outros que temos vindo a referir. Não obstante, a dimensão referida no *Tombo de 1755...* indica um comprimento de 31,05 m e uma largura de 2,25 m, ou seja, consideravelmente maior que o *Beco do Aljube sem Saída* ou do *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* e de dimensão pouco inferior ao do *Beco do Aljube com Saída*. Surpreende pois que, com base em tais dimensões, a representação destas artérias que encontramos nas várias plantas sejam nitidamente discrepantes entre si.

2.2 Alterações urbanísticas introduzidas pelo terramoto de 1755

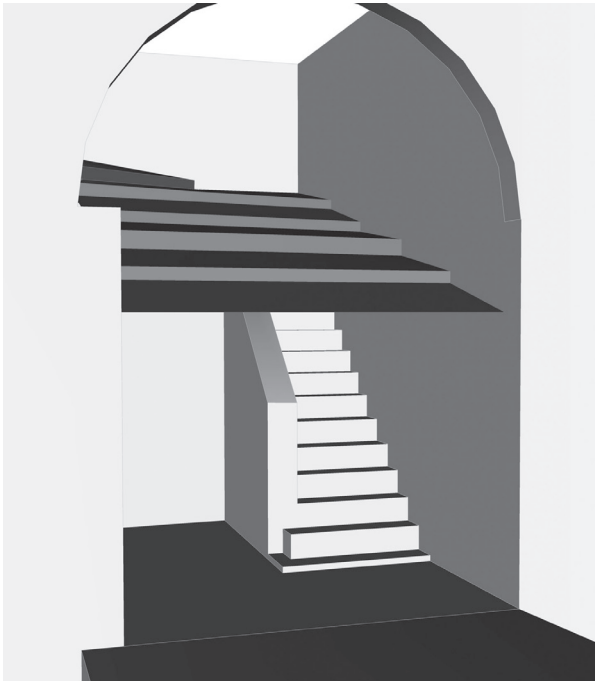
As alterações urbanísticas enunciadas na reconstrução da cidade procuraram alterar o emaranhado de ruas, vielas e becos que proliferavam em praticamente toda a zona oriental de Lisboa.

A solução encontrada pela Reconstrução Pombalina foi a da criação de patamares que detinham uma dupla funcionalidade: por um lado venciam o desnível acentuado da colina, por outro, constituíam uma solução que dava destino às largas toneladas de escombros que, muito tempo após o Terramoto de 1755, ainda recobriam a cidade.

A construção de tais patamares foi planificada e delineada de várias formas, de acordo com a dimensão e altura do declive a vencer. Deste modo, abriram-se novas ruas de diversa orientação, desaparecendo as anteriores artérias. Em outros locais, no entanto, conseguem-se vislumbrar condicionalismos pré-existent. Tal situação pode verificar-se neste local com a manutenção de alguns eixos definidos pelo Celeiro da Mitra, construção que pautou a nova reedificação urbana até aos nossos dias.

No caso do edifício pombalino, escavado em 2001, 2005, 2006 e 2011 e que hoje integra o Museu do Teatro Romano, obtemos novas informações. Esta casa encosta actualmente, pelo lado sul, ao edifício do antigo Celeiro da Mitra e a norte aproveita a estrutura do *post-caenium*¹⁸ do teatro como alicerce da sua fachada. A intervenção no seu interior evidenciou que toda a área,

18. O *postcaenium* é uma enorme estrutura que existe nos teatros de época romana que suporta a fachada cénica. No caso do teatro de *Olisipo*, esta imponente estrutura media 4,5 m de largura e sustentaria não apenas a fachada com frente para os espectadores, mas também a própria colina onde o teatro assentava.



5. Reconstituição tridimensional da calçada dos finais do século XVIII, sobreposta ao pavimento do antigo *Beco por detrás do Celleiro da Mitra* existente neste local até ao terramoto de 1755 (autoria de Carlos Loureiro, Museu da Cidade, CML).

com desníveis profundos, foi integralmente preenchida pelos escombros resultantes da reconstrução desta parte da cidade, ocorrida nos finais do século XVIII ou posteriormente.

Um momento intermédio pode ser registado pela presença de uma calçada em rampa (fig. 5), construída sobre aqueles escombros, que estabelecia a ligação entre o antigo *Beco por detrás do Celleiro da Mitra* – calçada também detectada na escavação, que foi desactivada depois do terramoto – com a futura Rua de S. Mamede. Com a nova planimetria urbanística as vias mais íngremes foram simplesmente suprimidas¹⁹, passando a substituí-las ruas mais largas, paralelas entre si, que vão sucessivamente contornando a colina. Aquela calçada em rampa documenta, igualmente, a necessidade de criação de artérias temporárias, quer para uma maior facilidade de acesso aos locais de obra, quer para possibilitar a circulação da população, a qual, no decurso da reconstrução desta parte da cidade, deveria revestir-se de grandes constrangimentos.

Como observamos, o teatro romano constitui uma pre-existência que condicionou a definição do novo urbanismo e algumas das soluções arquitectónicas que ainda

19. A nova artéria da Rua de S. Mamede, citando somente um exemplo, substitui o anterior traçado medieval, desactivando a antiga *Rua dos Cónegos*, o *Beco do Leão*, o *Beco do Aljube com Saída*, a *Calçada do Quebra Costas* e, ainda, a *Rua do Arco de S. Francisco*. Todas estas vias, plenamente secundárias, implantavam-se ora em sentido este / oeste, ou perpendicularmente, isto é, constituíam-se como artérias que permitiam vencer o desnível de forma directa – sentido norte / sul – ou contorná-lo, oferecendo ruas de declive menos acentuado e que estabeleciam a ligação entre as actuais Rua Augusto Rosa e Rua de S. Mamede.

hoje se mantêm. Com efeito, a Rua de S. Mamede implanta-se no local onde passaria a antiga fachada cénica e respectivo palco, obedecendo precisamente à mesma orientação nascente / poente. Por outro lado, a fachada dos n.ºs 3a e 3b e n.º 5 da mesma rua, como referido, aproveita a enorme estrutura do *postcaenium* como embasamento, seguindo rigorosamente o mesmo alinhamento (Fernandes, Sales, 2005, p. 28-32; Fernandes, 2007, p. 27-39).

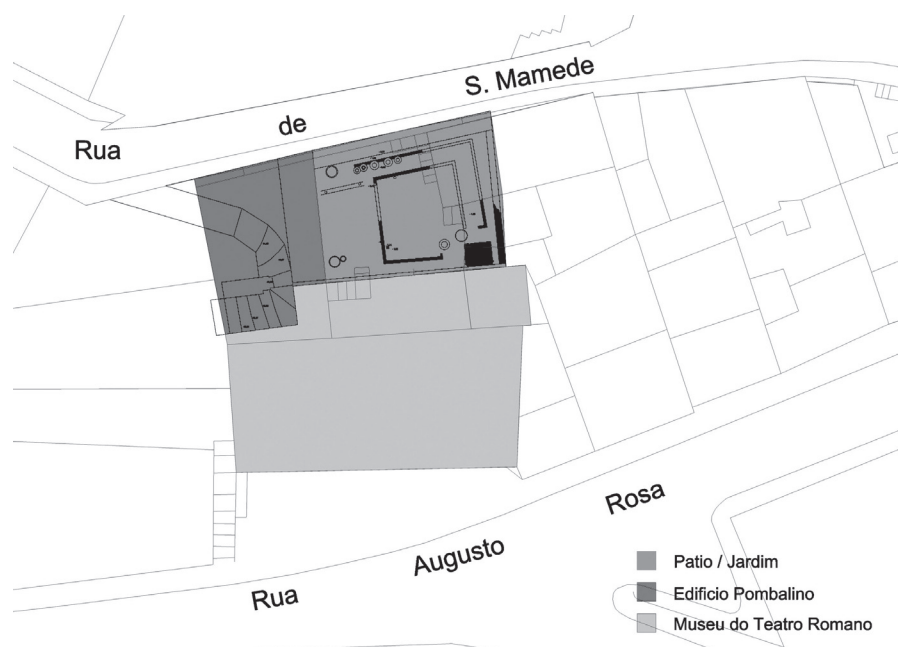
Mais a sul, o actual Pátio do Aljube²⁰ é o sucedâneo do antigo *Beco do Aljube com Saída*. Curiosamente, a largura que este pequeno pátio possui é praticamente coincidente com as dimensões que são indicadas no *Tombo de 1755*... Com efeito, aos 3,38 m que são indicados no levantamento, temos agora 3,62 m, a nascente²¹. No que respeita ao comprimento as dimensões são mais díspares, uma vez que os actuais 21,63 m são nitidamente inferiores à dimensão do beco original, com cerca de 33,53 m. A parte restante para poente corresponde, na actualidade, ao pátio do edifício n.º 9 da Rua de S. Mamede.

De facto, refere Luís Pastor de Macedo que o actual Pátio do Aljube ocupa "... parte do chão que antes de 1755 era ocupado pelo beco do Aljube com saída" (Macedo, 1940, p. 77), sendo o seu acesso efectuado através de escadaria. Júlio de Castilho refere que "Apenas separado do Aljube pela escada de pedra citada, fica um outro edifício conhecido por *celleiro da mitra*, actualmente com rez-do-chão e dois andares (...). O edifício tem, na sua parte posterior uma escada de cantaria para acesso ao primeiro andar, de que ainda se conserva uma parte, mas vedada (...). Noutros tempos era a passagem para o pátio do Aljube feita por uma escada com seu adro, defronte da porta travessa da Sé, que a Câmara Municipal mandou demolir em Junho de 1836, substituindo-a pela escadaria de pedra entre os dois edifícios, que lá está" (Castilho, 1937, p. 217-281)²². Esta nova escada é a que ainda hoje existe, e por onde se acede ao Beco do Aljube, o reedificado depois do terramoto de 1755 e por onde se tem acesso quer aos edifícios com entrada por esse mesmo beco, quer ao actual Museu do Teatro Romano.

20. Este pequeno pátio dá entrada para os edifícios com os n.ºs 2, 3, 4 e 5, sendo este último o da entrada principal para o Museu do Teatro Romano.

21. A Oeste a largura do pátio é de 3,66 m. A parede que o delimita deste lado tem duas portas. A do lado sul dá serventia a um dos pátios traseiros dos edifícios, a do lado norte permite aceder, através de uma escada, ao pátio tardoz do edifício n.º 9 da Rua de S. Mamede.

22. Com efeito, na *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa*, referente ao ano de 1836, em Junho, lá encontramos "Fêz [a Câmara Municipal de Lisboa] demolir uma antiga escada, com seu adro, que existia defronte da Porta Travessa da Sé, na Rua do Limoeiro; e mandou construir uma escadaria, que dá serventia aos moradores do Bêcco do Aljube, que noutro tempo se serviam da dicta arcada. Por estes meios, deu evidentemente beleza e commodidade ao referido sitio".



6. Planta onde estão assinaladas as duas áreas de escavação, numa primeira fase dos trabalhos (campanhas de 2001 e 2005): casa pombalina e respectiva área do jardim ou pátio (Desenho em *Sketchup* da autoria de Carlos Loureiro. 2011. Museu da Cidade, CML).

3. O PROJECTO DE INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO TEATRO ROMANO: INTERVENÇÃO NO N.º 3-B DA RUA DE S. MAMEDE

Na sequência do projecto de instalação do Museu do Teatro Romano foi realizada em 2001 a primeira intervenção arqueológica no interior do edifício pombalino²³. A escavação arqueológica foi realizada previamente à obra de adaptação do edifício onde hoje se instala o Museu do Teatro Romano (Fernandes, 2006, p. 181-204; Fernandes, 2007, p. 27-39). Este edifício, com fachada para a Rua Augusto Rosa, tem acesso exclusivamente pelo Pátio do Aljube n.º 5. O espaço do museu abrange também, como referido, o edifício pombalino situado a norte, tendo como ligação entre os dois espaços, uma escada provisória. A campanha realizada entre Setembro e Novembro de 2011 permitirá a conclusão da intervenção por baixo do edifício pombalino, abrindo a possibilidade de estabelecer uma nova ligação entre os dois edifícios.

Ocupando o museu apenas o segundo piso do edifício com frente para a Rua Augusto Rosa, a área subjacente ao edifício pombalino e respectivo pátio deparavam-se como os únicos espaços livres onde seria possível a realização de uma intervenção arqueológica, e a hipótese simultaneamente, de investigar a área imediatamente a sul do teatro romano.

23. Originalmente com entrada pela Rua de S. Mamede n.º 3a, o respectivo jardim/pátio, com entrada pelo n.º 3b, foi intervençionado posteriormente (2005, 2006 e 2010).

3.1 Área do jardim/pátio

A área do pátio/jardim revelou, a um nível inferior, um enchimento artificial de toda a área que recobria o afloramento rochoso onde o *postcaenium* se alicerçou (Fernandes, 2007, p. 27-39; Fernandes; Pinto, 2009, p. 169-188). A estrutura mais importante desde logo detectada, foi o *postcaenium*, isto é, o enorme muro que suportava o teatro, a sua fachada cénica e, ao mesmo tempo, a colina onde foi implantado o monumento²⁴. Este enorme muro constituía a infra-estrutura de contenção desta íngreme vertente e o limite do monumento cénico. Apesar de acreditarmos na existência de outras estruturas romanas na zona sul deste muro²⁵ – possivelmente jardins porticados e escadarias que venceriam o desnível até ao fim desta colina e ao eixo viário mais próximo que passaria nas proximidades da Rua Augusto Rosa – não foram detectadas quaisquer outras estruturas relacionadas com o edifício cénico.

A um nível superior, no entanto, as estruturas reveladas remetem para ocupações bastante mais tardias, atribuíveis aos finais do século XVIII ou já inícios do século XIX. Trata-se de um conjunto de talhas de grandes dimensões, alinhadas, que se encontravam enterradas

24. Construído maciçamente em *opus caementicium* e com contrafortes internos em aparelho esquadriado, apresenta um comprimento superior a 20 m e uma altura máxima de 8,40 m (medida atingida na campanha de 2010 e 2011).

25. De referir que um outro enorme muro romano, que ainda hoje suporta o actual terraço, também integraria, conjuntamente com o *postcaenium*, esta solução de patamares que estruturariam e alicerçavam a encosta onde foi construído o teatro.

no solo e cujas bocas foram reforçadas por estruturas de alvenaria. Seriam cobertas por um telheiro de uma só água que, a norte, se apoiaria provavelmente no muro do *postcaenium*, descarregando, a sul, sobre postes em madeira que encaixavam em pequenos pilares em calcário que integravam um murete de orientação nascente/poente. Foram exumadas seis talhas a norte e quatro a sul, num total de dez contentores²⁶, alguns inteiros e confirmando a vocação de pátio que, até à actualidade este espaço manteve (fig. 2).

3.2 Edifício pombalino

Este edifício, construído nos inícios do século XIX, apresenta duas fachadas, uma com frente para o jardim/pátio que lhe é fronteiro, a nascente, e outra para a rua de S. Mamede (fig. 6). A escavação do interior desta construção (a que já aludimos no ponto 2.1), evidenciou uma enorme potência estratigráfica que atinge praticamente 9 m de profundidade. A análise documental permitiu chegar à conclusão de que esta área, à época do terramoto, era pertença do Conde de Valadares

²⁶ Os quais podem actualmente ser observados no espaço museográfico (piso superior com entrada pela Rua de S. Mamede: edifício pombalino).

Lídia Fernandes, CML



7. Perspectiva de nascente para poente das várias estruturas arqueológicas, observando-se em primeiro plano a escada que, partindo do *Beco por detrás do celleiro da Mitra* (em baixo, em seixo rolado), dariam acesso ao piso superior. Do lado direito da imagem, o início da parede sul da habitação. Em segundo plano o arco entaipado da parede corresponde a uma infra-estrutura pombalina.

(*Tombo da Cidade de Lisboa...*, fol. 11), ainda que o seu palácio se situasse no actual Largo do Carmo.

Num primeiro momento da intervenção, foi exumada uma calçada em seixo rolado à qual já aludimos (fig. 5) – com reaproveitamento de elementos pétreos – articulada em patamares que, do canto SW do edifício, se desenvolvia em rampa ascendente, para norte, local onde a estrutura se interrompia devido à construção do actual edifício.

Desconhecemos a cronologia exacta para esta rampa. No entanto, os entulhos subjacentes encontravam-se repletos de elementos arquitectónicos e cerâmicos que poderão ser associados à reconstrução operada, neste local, nos finais do século XVIII. Trata-se, a nosso ver, de uma urgente necessidade de tornar viável a comunicação entre os vários edifícios que subsistiram ao terramoto de 1755, como foi o caso do *Celleiro da Mitra* e do edifício do *Aljube* (*Tombo da Cidade de Lisboa* ... fl. 6), criando artérias provisórias que possibilitavam a circulação e dando vazão às toneladas de entulho que recobriam toda a área. Curioso referir que no terceiro quartel do século XVIII era este local conhecido por “barracas por detrás do Aljube” (Macedo, 1940, p. 77). Subjacente a esta calçada em rampa foram exumadas várias estruturas arqueológicas de época coeva. Coincidentemente, trata-se de um espaço interior de uma habitação do século XVII ou dos finais do século XVI, que tem, sensivelmente, as mesmas dimensões da habitação pombalina que se lhe sobrepôs. Esta construção caracteriza-se por possuir dois pisos, com um superior em soalho, do qual restam evidências nas paredes (em quase todo o perímetro do edifício), das concavidades rectangulares de colocação dos barrotes de suporte. Também o piso inferior, correspondente ao r/c, seria parcialmente revestido a madeira, ainda que a zona de entrada, na parede sul, tenha um revestimento em seixo rolado.

Esta parede sul, apresenta uma orientação este/oeste onde se abre, ao nível do r/c e na parte poente, uma porta com ombreiras e verga rectas em pedra de lioz. Ao nível do piso superior, nessa mesma parede, observam-se duas pequenas janelas de capialço que se abrem para sul. A porta aí existente dá acesso a um pequeno beco. Este beco seria, pela documentação da época, o *Beco por detrás do Celleiro da Mitra* já por diversas vezes referido (fig. 7). Aqui situava-se uma escada, articulada em dois lanços separados por um patim. O lanço inferior, de orientação este/oeste, acompanha a parede tardoz do museu (fachada norte) e o lanço superior, com uma implantação norte/sul, acompanha uma outra parede do museu com a mesma orientação, terminando numa soleira de porta que daria acesso ao primeiro piso da habitação.



8. Perspectiva de poente para nascente do lanço superior da escada, abrangendo o patim da mesma. Ao fundo observa-se o pequeno túnel que poria em comunicação este edifício com o Celeiro da Mitra.

No patim da escada sublinha-se a existência de duas pedras, reaproveitadas, com embrechados de várias cores²⁷. Também na parede nascente do patim presenciámos um túnel que se destinaria a colocar em ligação este edifício com o celeiro, situado a sul, a um nível inferior (fig. 8).

Temos conservada, assim, parte da fachada deste edifício, ao qual se acedia pelo antigo *Beco por detrás do Celleiro da Mitra*. Esta fachada apresenta-se rebocada e estucada a branco. A parede norte desta construção é estabelecida pela estrutura do *postcaenium*. Esta face da estrutura romana encontra-se integralmente recoberta por rebocos brancos, observando-se, igualmente, a existência de um pequeno nicho, escavado no próprio muro e pertencente ao primeiro piso. Esta estrutura romana foi, assim, aproveitada e, ao longo dos tempos, modificada, adaptando-se às alterações que este edifício do século XVII, ou anterior, foi sofrendo.

Estes pormenores são curiosos, podendo indicar uma utilização como habitação da sua parte superior, eventualmente tratando-se de um espaço arrendado a particulares. Esta interpretação adequa-se à mencionada

27. De referir que na desmontagem dos dois últimos degraus, por razões de segurança, foram encontrados vestígios de uma escada anterior com um arranque distinto, que implicaria uma inclinação maior da mesma.

no *Tombo de 1755* ... (fl. 24), onde se expressa claramente a sua utilização enquanto habitação. Ocupando o celeiro a parte do r/c, poderá aventar-se que a sua exploração possa corresponder a uma actividade ou exploração privada ainda que sob a jurisdição do cabido, salvaguardando-se que os actuais elementos disponíveis não sejam suficiente para a sua confirmação. Esta conclusão só é possível de estabelecer pelo facto de, na última escavação efectuada (campanha de 2011), ter ficado declaradamente demonstrado que o mesmo, à altura do terramoto, funcionaria como arrecadação para apetrechos equestres (foram exumadas fivelas de arreios e estribos) e, sobretudo como celeiro, o que é testemunhado pelo achado de inúmeros fardos sobrepostos de trigo carbonizado (*Secale cereale* L.) (fig. 9), assim como aduelas em ferro de pipas de vinho.

Não nos alongaremos na menção do enormíssimo espólio encontrado no decurso da escavação arqueológica. Para além do acervo cerâmico recuperado, será incontornável a referência ao espólio azulejar, de tradição hispano-árabe e, sobretudo, de exemplares enxaquetados (de cor branca, azul e verde), atribuíveis aos finais do século XVI / inícios do século XVII (fig. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se evidente, pela documentação levantada e pela análise da arquitectura onde hoje se encontra instalado o Museu do Teatro Romano, que o edifício funcionou como celeiro aquando da sua construção. Apesar de desconhecermos em concreto a data da sua edificação, o que hoje vemos é já uma reedificação/re-adaptação do anterior edificado, que terá ocorrido nos finais do século XVIII ou inícios da seguinte centúria.

Pela análise da iconografia disponível e interpretação do construído é possível demonstrar que o piso inferior com fachada para a Rua Augusto Rosa seria totalmente distinto e sem acessos à rua. A funcionalidade coeva deste primeiro momento poderá relacionar-se, em data próxima do terramoto de 1755, com o edifício construído a norte e que foi intervencionado arqueologicamente. A existência do cereal carbonizado, a par de outros vestígios, onde é de destacar o túnel que colocaria em relação o *Celleiro da Mitra* e este edifício, tornam evidente a relação entre os dois. Somente a necessidade de mais espaço justificaria o alargamento da área destinada a celeiro, ocupando, inclusivamente, terrenos que não seriam pertença da Mitra, como é o caso da habitação do século XVII que foi detectada e que se encontrava localizada em terrenos do Conde de Valadares, como foi possível determinar pelo *Tombo de 1755*...

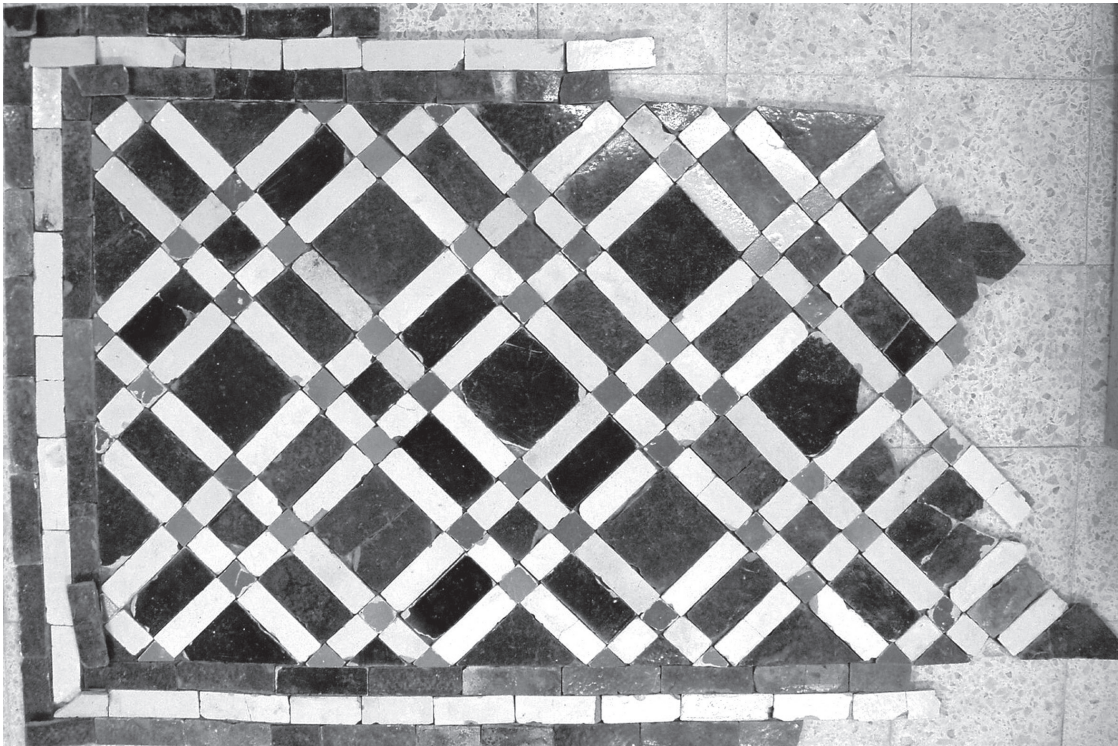
A função de *cavalariças da Sé* no piso inferior ao museu

José Avelar, Museu da Cidade, CML



9. Perspectiva de sul para norte, observando-se no lado direito da imagem os inúmeros fardos sobrepostos de trigo carbonizado (*Secale cereale* L.).

Lídia Fernandes, CML



10. Painel de Azulejos enxaquetados (cor branca, azul e verde), de tradição hispano-árabe. Montagem executada pelo Serviço de Azulejaria do Museu da Cidade, CML. Finais do século XVI / inícios do século XVII.

foi uma nova função que, como claramente demonstrámos, só ocorreu a partir da Reconstrução Pombalina.

O trabalho apresentado teve o mérito de reconstituir detalhadamente o urbanismo anterior ao terramoto nesta zona da cidade. Esta análise permitiu concluir que a cartografia existente, na sua grande maioria, apresenta erros de representação evidentes. Estas conclusões, apoiadas pela arqueologia, permitem o redesenho da cidade pré-pombalina e um melhor entendimento das relações urbanísticas, sociais e económicas subjacentes.

A investigação, ainda em curso, marca o início de um trabalho mais profundo e pluridisciplinar. Neste âmbito,

a colaboração de colegas e investigadores tem sido determinante, contribuindo para levar a cabo este intento²⁸.

28. Não podemos deixar de agradecer aos nossos colegas do Museu da Cidade Carlos Loureiro e Isabel Cameira, aos arqueólogos Pedro Miranda e Marco Calado, assim como aos investigadores João Tereso, Maria João Vilhena e João Caldas, os contributos prestimosos que forneceram, sobre vários aspectos, para o enriquecimento deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, L. (1815) – *Dissertação crítico-filologica-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas e atendíveis circunstâncias da erecção do tablado e orquestra do antigo teatro romano descoberto na escavação da Rua de S. Mamede, perto do castello desta cidade, com a intelligência da sua inscrição em honra de Nero e noticia instrutiva d'outras memórias allí achadas e até agora apparecidas*, Lisboa.

BRITO, G. (1935) – *Ruas de Lisboa – Notas para a história das vias públicas lisboenses*, vol. 1, Lisboa.

CASTILHO, J. (1935) – *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, vols. VI e IX, Lisboa.

Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma copia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894, Museu da Cidade (Texto Policopiado).

FERNANDES, L. (1994) – Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 239-242.

FERNANDES, L. (2001) – Capitéis do Teatro Romano de Lisboa, *Anas – Revista del Museo Nacional de Arte Romano*. Mérida, n.º 14, p. 29-51.

FERNANDES, L. (2006) – O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001, *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 Novembro 2002), Córdoba, 2006, p. 181-204.

FERNANDES, L. (2004-2005) – As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa, *Revista Arqueologia e História*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 56/57, p. 83-94.

FERNANDES, L. e SALES, P. (2005) – Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual, *Revista Arquitectura e Vida*, n.º 57, Lisboa, p. 28-32.

FERNANDES, L. (2007) – Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica, *Revista Al-madan*, Almada, n.º 15, p. 27-39.

FERNANDES, L. e PINTO, A. (2009) – Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 12, n.º 1, Lisboa, p. 169-188.

FERNANDES, L.; SEPÚLVEDA, E. e ANTUNES, M. – Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo, *Revista Almadan* (no prelo).

LUIS, J. – [Registo do cordeamento]. 28 de Janeiro de 1665. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614 – 1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35.

MACEDO, L. (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*, Lisboa, ed. Câmara Municipal de Lisboa, vol. I.

MOITA, I. (1970) – O teatro romano de Lisboa, *Revista Municipal*, vol. 124/125, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 7-37.

Obra n.º 39376 [Processo de Obra], Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio, código de referência: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/01/334479.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. N.º Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. N.º Inv.: MC.DES.4295.

SILVA, A. (1939) – *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa.

Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa (ano de 1836), Lisboa, CML, 1937.